

## EDITORIAL

### **Wellington Teodoro da Silva\***

<https://orcid.org/0000-0002-4830-7533>

Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas e Grupo de Pesquisa Religião, Política e Espaço Público – CNPq, Brasil  
miltonbortoleto@hotmail.com

### **Eliezer dos Santos Filho\*\***

<https://orcid.org/0000-0001-6911-9139>

Grupo de Pesquisa Religião, Política e Espaço Público – CNPq, Brasil  
eliezerfaz@hotmail.com

*A política moderna é um capítulo na história da religião.*

John Gray

A frase da epígrafe desse texto é a primeira do livro de John Gray *Missa negra, religião apocalíptica e o fim das utopias* (Record, 2007). Ela toma o leitor para si envolvendo-o com espanto. Essa afirmação definitiva vai ao sentido oposto da inteligência acadêmica dominante das reflexões políticas dos últimos quatro séculos. Gray assevera que as revoluções, momentos da máxima densidade e

---

\*Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas. É líder do Grupo de pesquisa Religião, Política e Espaço Público – CNPq. Trabalha com os temas religião e política; religião e espaço público; igrejas e Estado.

\*\*Doutor em Ciências da Religião pela PUC Minas. Membro do Grupo de Pesquisa Religião, Política e Espaço Público – CNPq. Professor no Município de Cariacica – Espírito Santo.

dramaticidade da política, são episódios da história da fé. Os processos revolucionários foram movimentos de fé por meio dos quais a modernidade emergiu na história. Eles se organizaram a partir dos escombros do cristianismo medieval. Parece não ser tão razoável dizer que romperam com o cristianismo quanto dizer que essas revoluções e o mundo que criaram possuem ares de um tipo de heresia cristã.

As promessas do cristianismo da emancipação definitiva no transcendente permanecem, mas foram realocadas no imanente da história e no futuro. O Estado a quem Hobbes deu o nome do monstro bíblico Leviatã foi chamado, pelo próprio Hobbes, de Deus histórico que se reveste da soberania para exercer domínio absoluto. A pessoa divina da teologia cristã mudou de endereço: deixou os céus e instalou-se no Estado Nacional que se tornou objeto da teologia política. Rousseau, por sua vez, deslocou a soberania de Deus para o povo para resolver o problema da legitimidade do poder político. Nesse movimento, ele elabora o conceito de religião civil em seu Contrato Social. O messianismo manteve-se como elemento estruturante da visão de história do marxismo que esperou do proletariado a tarefa de redentor da humanidade. Se no cristianismo, o paraíso aconteceria no transcendente no final dos tempos; no marxismo, a transcendência se realizaria no imanente temporal e no final da história.

Os exemplos são inúmeros da religião como elemento estruturante do pensamento político moderno. Ela deixa a superfície visível do espelho d'água e organiza as estruturas profundas do pensamento político. Isso acontece de tal forma que sem estudar a religião não conseguimos entender a política em níveis mais profundos. Talvez isso nos ajude a entender porque é comum vermos cientistas políticos comentando a política como se estivessem fazendo um tipo de jornalismo político por se reduzirem às narrativas factuais.

Os modernos inventaram uma ideia de religião que funciona, precariamente, para o mundo judaico e cristão dos últimos quatro séculos. Ela fica defasada para pensar outras cosmovisões como o taoísmo e confucionismo. Vale lembrar o adágio: se o confucionismo é uma religião é uma pergunta que Ocidente não conseguirá responder e os confucionistas nunca formulariam. Mesmo para a Europa anterior à

modernidade, essa ideia se defasa, perde potência interpretativa. Os modernos elaboraram uma ideia situada de religião para caber em sua antropologia e seus projetos de racionalidade. É como se um físico definisse, ele próprio, a velocidade da luz para caber em sua teoria.

Essa ideia de religião que surge na modernidade carrega o sentido negativo de uma presença extemporânea de um passado arcaico e que teima em não passar. O problema religioso é uma questão dos modernos que o inventaram e nunca souberam muito bem o que fazer com ele. Não consideraram as amplas, sofisticadas e complexas tramas e formas que podem ser reputadas como experiência religiosa. A ideia iluminista de religião foi um dos momentos menores da histórica intelectual que, no entanto, segue sendo celebrado por largos extratos da intelectualidade e dos estudos da política.

O conhecimento sobre as instituições religiosas e a política ressentem-se de uma grande defasagem teórica e analítica. Os pesquisadores deixaram-nas numa espécie de limbo por acreditarem que era uma questão de tempo para que deixassem de existir. É comum observar cuidados higienistas nas pesquisas. A lida de fieis de igrejas cristãs com a política – assumindo a motivação de fé da militância – ainda é entendida como prática extemporânea que contamina a política com elementos perversos de sua natureza.

A boa notícia é que constatamos que o atual século conhece um grande movimento de diversas áreas do conhecimento da universidade brasileira no sentido dos estudos das religiões e dos modos de manifestações religiosas. Diversas linhas de pesquisas em programas de pós-graduações têm-se aberto para o tema da religião e os programas de pós graduação em Ciências da Religião estão se consolidando. Vale, ainda, dizer que diversas revistas acadêmicas estão alcançando altos extratos de qualificação. Os estudos de religião e política aparecem como tema de grande interesse com pesquisadores de alta qualidade como os que publicam nesse dossiê. Esses pesquisadores conduzem uma rotina acadêmica que poderá formar uma tradição interpretativa sobre o tema religião/instituições religiosas e a política. Mais que exercício de mera curiosidade intelectual, espera-se compreender um dos eventos centrais da política do tempo presente.